

Valor Econômico, 27 de Janeiro de 2023

A taxa de carbono, uma oportunidade para o Brasil

Matriz elétrica com 85% de fontes renováveis pode beneficiar o país

Por: Nivalde de Castro e Victor Santos

A União Europeia tem priorizado a transição energética para uma sociedade verde. Dentre as políticas públicas mais recentes estabelecidas pelo bloco europeu, se destacam o Fit for 55 (de julho de 2021), com foco em metas mais ambiciosas de redução das emissões de CO₂, e o REPowerEUx (de maio de 2022), que visa adaptar a transição energética ao crítico cenário resultante da guerra na Ucrânia.

Em decorrência do novo contexto de transição e da crise energética, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu anunciaram, em dezembro de 2022, um acordo para a criação de uma taxa de carbono aplicada às importações europeias de produtos industriais de elevada intensidade de CO₂. Este instrumento de política industrial-ambiental, denominado por Mecanismo de Ajustamento Carbônico Fronteiriço (Cbam, sigla em inglês), carece apenas da aprovação dos embaixadores dos 27 Estados-Membros e do Parlamento Europeu para entrar em vigor já em 2023.

Dada a potencial relevância do Cbam ao Brasil, o objetivo deste sintético artigo é analisar as suas características e possíveis impactos sobre as exportações brasileiras frente às nossas vantagens competitivas relativas à predominância da utilização de energia renovável.

O mercado europeu de direitos de emissões de CO₂ (EU Emissions Trading System) foi criado em 2005. A partir da crise financeira de 2008, o preço das licenças de emissão de CO₂ ficou em níveis pouco restritivos a setores industriais intensivos em energia e aos transportes aéreos. Porém, desde julho de 2021, o valor das licenças de emissão de CO₂ aumentou de € 20/ton. para cerca de € 90/ton., em 2022. Este aumento refletiu a meta de redução das emissões de CO₂ imposta pelo Fit for 55, que passou de 40% para 55% em 2030, em relação a 1990.

Entretanto, vários estudos promovidos pela Comissão Europeia e por institutos de pesquisa sobre os cenários para o horizonte 2020-2050 concluíram que, se todo o resto permanecer constante, o aumento do preço do carbono conjugado com a eliminação das licenças gratuitas de CO₂ conduziria à redução da competitividade da indústria europeia. Ao extremo, as plantas industriais poderiam se transferir a outros países e exportar a sua produção para a União Europeia sem pagar a taxa de carbono (carbon leakage).

Estas circunstâncias levaram à criação da taxa de carbono sobre importações, cujo objetivo central é nivelar os custos finais destas importações ao custo de produção do mercado interno europeu, garantindo competitividade às empresas do bloco. Desta forma, as políticas industrial e ambiental ganham um importante mecanismo de ajuste de custos, podendo ser alterado ao sabor da dinâmica ambiental e econômica.

Em uma situação de aplicação integral deste mecanismo, os importadores europeus serão obrigados a pagar uma taxa sobre o carbono que corresponderá à diferença entre a taxa aplicada na União Europeia e aquela que por ventura se aplica no país de origem da exportação. Se nenhuma taxa de carbono existir, como no caso do Brasil, será aplicado o Cbam integralmente, representando uma efetiva barreira comercial ambiental.

Na proposta em análise pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu, o Cbam entrará em vigor com duas fases. Até ao final de 2025, os importadores realizam o registro formal das importações e adquirem as licenças sem custo. Por outro lado, os exportadores deverão, neste período, rastrear, certificar e declarar as emissões de CO₂ relativas às suas cadeias de valor. Na segunda fase, após 2026, o Cbam entra em operação efetiva. A aplicação desta taxa restringe-se a setores com maior intensidade de carbono, como ferro, aço, cimento, adubos, alumínio, plásticos, hidrogênio e amônia. Entende-se que esta lista e as taxas poderão ser ampliadas.

A União Europeia é um grande parceiro comercial do Brasil, com transações de bens, serviços e capital de cerca de US\$ 400 bilhões (2021). No entanto, os regulamentos do Cbam possuem uma complexa dinâmica processual burocrática. Desta forma, é importante que o governo brasileiro use a competência e a experiência comprovada do Itamaraty no percorrer das estratégicas negociações, dado o poder de barreira comercial oficial que o Cbam fornece à União Europeia.

De todo modo, o Brasil poderá ser um dos maiores beneficiários do mecanismo, por conta das vantagens de sua matriz elétrica com 85% de fontes renováveis. Já em relação à matriz energética brasileira, cujo atual predomínio é do petróleo e do gás natural, o potencial de produção e de custos competitivos do hidrogênio verde é muito grande e pode ser explorado. Estas perspectivas, que já partem de um patamar bem promissor, darão ao Brasil a capacidade de reduzir a “pegada” de CO₂ mais rapidamente, a depender de uma política industrial bem estruturada. Neste cenário, por exemplo, o país poderá competir com a China nas exportações dos produtos siderúrgicos.

Merece ser destacado que o Brasil comporta um setor industrial moderno, bem dimensionado e competitivo à escala global, com capacidade de ampliar as suas

exportações de bens intermediários dos setores siderúrgico, químico, dentre outros. Contudo, dois elementos são estratégicos para tornar realidade este potencial energético e industrial.

O primeiro, e mais relevante, é o custo da energia elétrica para os setores industriais mais intensivos em energia. Mesmo tendo uma matriz majoritariamente renovável, este custo é comparativamente elevado e pode ser mais reduzido evitando-se a cobrança de uma série subsídios. O segundo é a conversão da matriz energética dos setores industriais que ainda utilizam em seus processos produtivos carvão, petróleo e gás natural para o uso do hidrogênio verde.

Em ambos os casos, a solução destes entraves passa pela elaboração e execução de uma política industrial alinhada com a dinâmica da transição energética, aproveitando as barreiras comerciais que o Cbam irá impor, de modo a transformá-lo em oportunidades concretas para a economia brasileira

Link para a matéria original:
<https://valor.globo.com/opinia0/coluna/a-taxa-de-carbono-uma-oportunidade-para-o-brasil.ghtml>